

ALAVANCA 40^h *NO ANÍMIO!*

EM DEFESA DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLECTIVOS

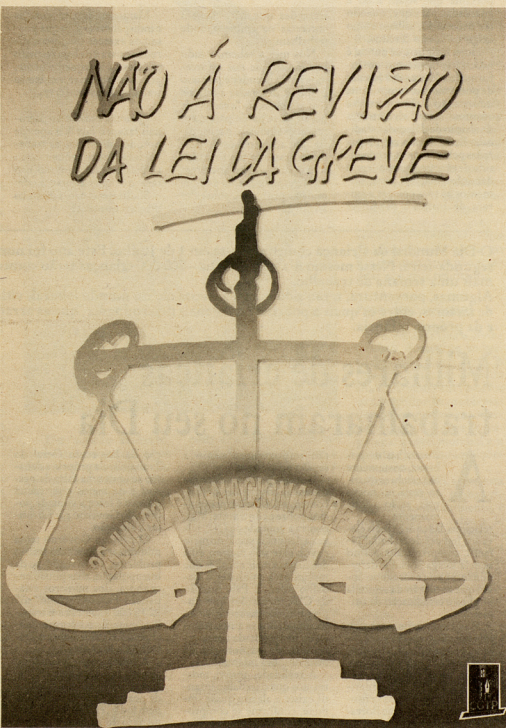
EDITORIAL

É preciso mobilizar todas as forças

Os direitos dos trabalhadores são alvo de uma ofensiva brutal e conjugada por parte do patronato e dos partidos que o representam. Essa ofensiva ganha, agora, novos e mais preocupantes contornos, com a apresentação na Assembleia da República de dois projectos de revisão da Lei da Greve da autoria, respectivamente, do PSD e do CDS. O Plenário da CGTP-IN de 4 de Junho, perante esse facto, declarou inequivocamente que não há qualquer justificação para alterar a lei da greve em vigor e apelou a

energicamente os projectos em questão Como primeira grande acção - outras e

mais radicais são admitidas -, convocou um Dia Nacional de Luta para 26 de Junho, que integrará acções diversificadas, incluindo greves e concentrações por todo o país e uma grande concentração em Lisboa, com início às 16 horas, junto do Centro Cultural de Belém, onde nesse dia decorre uma reunião do Conselho Europeu. Trata-se de defender um direito fundamental que é a



todo o movimento sindical e a todos os trabalhadores para que repudiem a garantia de todos os outros direitos. O nosso protesto tem que ser forte e pronto.

A ofensiva é grande, muito grande mesmo.

Para a travar todas as forças são poucas. É necessário, não só muita clareza e firmeza, mas também muito esclarecimento e debate nas nossas acções.

É preciso que sejamos capazes de unir todos os trabalhadores e todos os sindicatos para fortalecer a luta que o momento exige que travemos.

Em causa está o poder negocial e reivindicativo dos trabalhadores e seus sindicatos.

Em causa está o futuro das relações laborais na empresa e na sociedade que, em lugar de um maior e necessário equilíbrio, ficariam cada vez mais na dependência do patronato e do Governo.

Em causa está mesmo uma parcela importante do poder democrático, fundamental numa democracia que se deseja participativa e que os sindicatos, como associações livres de trabalhadores, representam.

As alterações que o patronato e o Governo, utilizando os grupos parlamentares do PSD e do CDS, pretendem introduzir na lei da Greve são inaceitáveis e têm que ser impedidas.

Não podemos, por isso, ter quaisquer hesitações nas acções que, em cada momento, tenhamos de empreender. Devemos ter presente que o momento exige que afirmemos a validade de todas as formas de luta, nomeadamente da greve geral.

Mobilizar tudo e todos para as greves e acções do próximo dia 26 de Junho, Dia Nacional de Luta, com particular realce para a concentração de Lisboa, é a mais importante tarefa em que, no imediato, todos temos de nos empenhar.

PLENÁRIO DA CGTP-IN CONVOCA PARA 26 DE JUNHO

DIA NACIONAL DE LUTA

DIA NACIONAL DE LUTA • 26 JUNHO •

DIA NACIONAL DA JUVENTUDE 28 MARÇO

Tudo me **GREVE GERAL**



EMPREGO CERTO
sem facete!

METALURGIA E METALOMECANICA

Revisão Salarial

GREVE


SEMANA DE LUTA

23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 DE MARÇO

CONTRA A INFLAÇÃO PATRONAL
CONTRA O TETO SALARIAL
PELA RECUPERAÇÃO DO PODER DE COMPRA
CONTRA A COMPROMISSÃO E FRAUDE DO MINISTÉRIO DO TRABALHO
CONTRA A POLÍTICA DO GOVERNO ADI!

FSMMP CGTPI-IN

GREVE NACIONAL DOS MÉDICOS



Pelo Emprego
Pela Gestão Democrática
Pelo Enquadramento Salarial
Pelas Carreiras Médicas

Federação Nacional dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria e Turismo

GREVE

LUTA POR NOVAS TABELAS SALARIAIS



GREVES
DIAS 6, 7, 8 e 9 de JUNHO

TRABALHADORES TORRALTA LUTAM

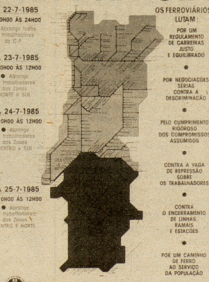
PELA REVISÃO DO ACORDO DE EMPRESA
PELO PAGAMENTO DE SALÁRIOS EM ATRASO
PELA SEGURANÇA DOS POSTOS DE TRABALHO

GREVE 4 JUNHO
pelo período de 24 horas

GREVE NA C.P.

OS FERROVIÁRIOS LUTAM

PELA REVISÃO DO ACORDO DE EMPRESA
PELO PAGAMENTO DE SALÁRIOS EM ATRASO
PELA SEGURANÇA DOS POSTOS DE TRABALHO



FUNÇÃO PÚBLICA

greve geral 11 maio

pelas liberdades
contra a eschalarão fascista
pela demissão do governo
pela defesa das conquistas de abril
contra o pacote antilaboral
pelo direito ao trabalho e ao emprego

SITAVA

apoiar **GREVE GERAL**

26 Março 88

contra o pacote laboral

A sala do Teatro Villaret estava à cunha, os lugares eram poucos para tanta gente e o tempo curto para o número de intervenções pedidas. O último Plenário da CGTP-IN teve uma participação fora do comum. Teve a participação dos momentos em que algo de importante ou grave se passa ou está para acontecer. Ele foi a primeira resposta e o primeiro sinal de mobilização de todo movimento sindical unitário para a luta que vai ser necessário travar para impedir a revisão da Lei da

O DIREITO É A ARMA DOS TRABALHADORES

Greve e para defender os direitos conquistados. A Resolução Político-Sindical aprovada propôs a realização, a 26 de Junho, de um Dia Nacional de Luta, mas deixou em aberto a possibilidade de desenvolver todas as lutas que se mostrem

O que está em causa

A apresentação à Assembleia da República dos projectos de alteração da Lei da Greve que têm como "autores" os grupos parlamentares do CDS e do PSD tem como objectivo central o de facilitar a aplicação de uma política económica desajustada da realidade do país e socialmente injusta. É assim que começa o texto da resolução e este deve ser o ponto de partida para uma apreciação correcta dos dois documentos, que surgem envolvidos num clima propício a fazer aceitar este processo como uma emergência nacional.

É de fazer cumprir a legislação laboral e a Lei Sindical. A realidade mostra que não há qualquer justificação para alterar a lei da greve em vigor. O Plenário demonstrou que os trabalhadores e os sindicatos sempre fizeram um uso correcto da Lei da Greve, sem qualquer excesso e sem qualquer violação. Têm-se limitado, tão-só, a assumir a expressão plena e integral dos seus direitos de cidadania, sem perturbações que colidam com as regras da vida democrática. Neste campo, a amplitude do exercício do direito de greve não é diferente do que ocorre na grande maioria dos

países europeus, designadamente naqueles que disfrutam de melhor nível de vida e condições de trabalho mais vantajosas. O Plenário recordou, a propósito, que já se tinham verificado duas revisões constitucionais, sem que sequer tenha sido levantada a hipótese de alterar o conteúdo do direito à greve e a proibição do lock-out. Lembrou também que na negociação do AES para 1991, no CPCS, o Governo e o patronato assumiram o compromisso de afastar da discussão a revisão de lei da greve, reconhecendo a falta de justificação para o fazer.

Uma situação paradoxal

O quadro das relações laborais no nosso país apresenta características paradoxais. Se, por um lado, é certo que os trabalhadores portugueses dispõem de um conjunto de leis laborais razoáveis, também é verdade que faltam mecanismos eficazes e adequados para a sua efectivação.

Este facto, aliado à ineficácia da justiça do trabalho, torna permissiva, segundo diz a Resolução do Plenário, "a violação sistemática e impune dos direitos dos trabalhadores, esvaziando, assim, o seu conteúdo". A pretendida alteração da lei da greve viria fragilizar gravemente os mecanismos de defesa dos trabalhadores portugueses. A sua con-

sumação traduzir-se-ia num desequilíbrio ainda maior da correlação de forças entre a parte trabalhadora e o patronato. Esse é o objectivo prosseguido, desde há vários anos, pelo grande patronato, com o apoio do PSD e do CDS. São conhecidos os propósitos das confederações patronais e as posições governamentais sobre a matéria.

O contexto

A presente ofensiva contra os direitos dos trabalhadores não faz sentido nem se justifica de maneira nenhuma. Mas há uma razão que faz correr o CDS e o PSD. Eles pretendem que sejam os trabalhadores a pagar os custos da

recessão económica, cujos traços se acentuam. Com efeito, a taxa de crescimento do PIB, que há um ano, era de 4 por cento, desceu entretanto para os 2 por cento. A desaceleração económica é visível (veja-se artigo na pag. 7). Consta-se do encerramen-

to e falência de numerosas empresas privadas e públicas e o lileão do Sector Empresarial do Estado. Verifica-se também o desaparecimento de pólos industriais, o que, associado à liquidação e transferência de serviços da Administração Pública, está a traduzir-se na

desertificação
país.
O aume
dimentos,
lectivos, e
o crescim
de salários
última pag
infantil sã
dessa situa
No que s
portament
Plenário c
são de que
ritmo de c
preços no
nhá a dimi
metade des
pensar que
vernamen
O forte
custo de vi

O C
faz
de l
A m
C
h
ta explan
convergen

Em resul
tégia combi
giti no pap
dora, dando
ções do pat
rando o per
projecto do
como algo
mas, se assi
No entam
muda. Alim
são igualm

O CDS NÃO À REVISÃO DA LEI DA GREVE

PROIBIÇÃO DE GREVE

UMA DECISIVA

PARA TRABALHADORES

revisão da Lei de
os conquistados.
o, a 26 de Junho,
possibilidade de
que se mostrem

iniciativas legislativas dos grupos parlamentares do CDS e do PSD. Descreve também o contexto socioeconómico em que surgem e aponta os caminhos da luta que será necessário trilhar para obrigar o patronato e o Governo a respeitarem os direitos de quem trabalha e levar a Assembleia da República a rejeitar liminarmente os projectos em questão.

desertificação do interior do país.

O aumento dos despedimentos, muitos deles selectivos, e do desemprego e o crescimento das situações de salários em atraso (ver na última página) e o trabalho infantil são alguns exemplos dessa situação.

No que se refere ao comportamento da inflação, o Plenário chegou à conclusão de que, mesmo que o ritmo de crescimento dos preços no consumidor venha a diminuir na segunda metade deste ano, é realista pensar que o objectivo governamental se cumprirá.

O forte agravamento do custo de vida é uma realida-

de que pesa fortemente sobre os trabalhadores e as famílias de mais baixos rendimentos, dos reformados e pensionistas.

O Plenário aconselhou, por isso, a não dar por definitivamente encerrado qualquer processo de revisão salarial que não tenha em conta a efectiva melhoria dos salários reais.

Também no campo da saúde há uma regressão, com a imposição de taxas moderadoras e o aumento dos preços dos medicamentos. A importante acção que a CGTP-IN promoveu contra a política de saúde do Governo merece ser continuada em nome da saúde de todos os portugueses.

A dimensão social

Plenário reflectiu ainda a consciência de que a situação nacional continua a ser fortemente influenciada pelo processo comunitário.

Todavia, o desenvolvimento da dimensão social continua a marcar passo, em contraste evidente com o andamento das decisões de carácter político e económico, de que são exemplo o Tratado de Maastricht e a PAC.

"Não se compreendem nem justificam" diz a resolução aprovada - as dificulda-

necessárias, incluindo a greve geral.

É que está a ser posta em causa a fonte de todos os outros direitos: o direito de greve. Ele é a arma decisiva para a conquista e defesa de todos os direitos dos trabalhadores. A Resolução Política-Sindical aprovada pelo Plenário faz a caracterização da ofensiva com que se confrontam os direitos dos trabalhadores. Não se limita, porém, a situar politicamente as

O Projecto do CDS

É claramente um projecto de quem sonha com o regresso a um tempo em que não havia direitos nem liberdades para os trabalhadores. Constitui uma cartilha de anti-democracia, ponto por ponto, violando grosseiramente a Constituição da República.

- Só admite greves por interesses sócio-profissionais
- Proíbe greves interprofissionais e greves gerais
- Restringe o exercício do direito de liberdade sindical
- Restringe a acção dos piquetes de greve ao exterior das empresas
- Impõe métodos de declaração da greve: assembleias gerais, voto secreto e maiorias qualificadas
- Permite a substituição de trabalhadores em greve
- Permite o abuso das requisições civis
- Limita o direito de greve dos trabalhadores da função pública.

E o do PSD

O projecto do PSD, no essencial, só muda a forma. O conteúdo e os objectivos são os mesmos do projecto do CDS.

- **RESTRINGE O EXERCÍCIO DO DIREITO DE LIBERDADE SINDICAL**, retirando aos sindicatos o direito de decretarem greves em empresas ou estabelecimentos que satisfaçam necessidades sociais imperativas
- **LIMITA O DIREITO DE GREVE** ao admitir que seja negado o direito de greve a trabalhadores cujos interesses não sejam comuns aos da maioria dos trabalhadores das empresas atrás referidas
- **RESTRINGE A ACÇÃO DOS PIQUETES DE GREVE**
- **ALARGA OS PRAZOS DE PRÉ-AVISO DE GREVE**, visando retirar oportunidade às greves
- **IMPÕE A OBRIGATORIEDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÍNIMOS**, o que, em certos casos, significaria a negação do direito de greve.

O projecto de Lei do PSD é autoritário e discriminatório dos trabalhadores, é inconstitucional, colide com a Lei Sindical

Nota final

A Comissão Parlamentar de Emprego, Segurança Social e Família, na sua reunião do passado dia 9, decidiu colocar à discussão pública por um prazo de vinte dias o projecto de alteração da Lei da Greve apresentado pelo grupo parlamentar do PSD.

Recorda-se que, normalmente, o prazo de discussão pública de projectos de Lei é de 30 dias, o que prova que o PSD está cheio de pressa e quer imprimir celeridade a este processo, na mira de o fazer recair no período de férias.

O CDS faz papel de lebre do PSD

Antes de iniciarem este processo, o CDS e o PSD entraram em contacto, tendo em vista explicar uma estratégia convergente.

Em resultado dessa estratégia combinada, o CDS surge no papel de lebre correndo, dando bofetada às pretensões do patronato e preparando o terreno para que o projecto do PSD aparecesse como algo passível, menos mau, se assim se pode dizer. No entanto, só a forma muda. Ambos os projectos são igualmente indigestos,

por serem restritivos dos direitos dos trabalhadores, causadores de instabilidade social e violadores da Constituição da República (ver caracterização anexa).

Ambos pretendem fechar o colete de forças que eliminam importantes direitos dos trabalhadores para enfraquecer ou mesmo inviabilizar a capacidade reivindicativa das suas lutas.

"A gravidade da presente iniciativa legislativa implica - concluiu o Plenário - uma resposta firme e determinada por parte de todos os trabalhadores e de todo o movimento sindical".

A experiência e o futuro da luta

A experiência tem comprovado que a luta é o principal factor dinamizador do progresso e da justiça social. Esta afirmação não recebeu objecções de nenhum dos presentes, pois todos estavam conscientes de que existem razões acrescidas para os trabalhadores afirmarem as suas reivindicações e lutarem pelos seus legítimos direitos.

Assim, o Plenário decidiu convocar um Dia Nacional de Luta para 26 de Junho, em todo o país, com acções diversificadas, em que as preverterão peso dominante. Em Lisboa, será realizada uma

des de que se mantém para concretizar o Programa de Acção para a implementação da Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores".

Num quadro político, económico e social em que é legítimo, possível e desejável promover a melhoria das condições de vida e de trabalho dos portugueses, verifica-se a persistência de graves desigualdades e injustiças sociais, de dificuldades e carencias escandalosas, de relações de trabalho arcaicas e desumanas.

grande concentração, a partir das 16 horas, em frente do Centro Cultural de Belém.

O Dia Nacional de Luta servirá para dizer que é necessário respeitar o direito da livre negociação colectiva e todos os outros direitos individuais e colectivos, travar os despedimentos e encerramentos de empresas, garantir o direito à saúde, aumentar os salários e acabar com a situação dos salários em atraso, reduzir os horários de trabalho, concretizar a aplicação da Carta dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores e manifestar solidariedade activa com o povo de Timor.

Metalomecânica Barra pesada

É pesada a barra que cai sobre os ombros dos trabalhadores do ramo da metalomecânica pesada, e conforme denunciaram representantes seus em recente conferência de imprensa realizada em Lisboa. Socorrendo-se de dados e números, os sindicalistas acusaram a política capitulacionista do Governo de estar a destruir milhares de postos de trabalho e de sacrificar a estrutura industrial, a participação do Estado no capital social das empresas, a mão-de-obra qualificada e até a própria tecnologia nacional ao grande capital nacional e internacional. Com a criação de holdings e sub-holdings privadas, esclareceram, o Estado

português que representava aproximadamente 60% de toda a actividade na Metalomecânica Pesada, viu a sua posição relegada para apenas 21%.

Este "assalto" do capital privado ao património que é de todo o povo é acompanhado de uma grande ofensiva contra os interesses e direitos dos trabalhadores: "Os gestores nomeados pelo IPE, "a sombra de uma hipotética reestruturação, utilizam dinheiros públicos para despedir milhares de trabalhadores", acusaram ainda.

Os casos são divulgados. Monpor, Equimetal, SGM, Mague, Sorefame e Sepisa são apenas algumas das muitas empresas onde acontecem.



Função Pública

O dispensável diploma dos disponíveis

O Governo avança com o diploma dos disponíveis e os Funcionários Públicos respondem: disponibilidade sim mas para protestar no próximo dia 26 de Junho, junto ao Centro Cultural de Belém.

Disponíveis para quê?

Esta é a grande interrogação que colocam hoje os funcionários públicos, após a publicação de um diploma que cria esta nova figura paralelamente a uma outra já existente, a dos excedentes.

Para os menos atentos, fica a ideia de que o Governo pretende aliviar a Administração Pública dum conjunto burocratas, transformando-a numa máquina bem mais oleada, funcional e "simpática". Porém, o sentido desta medida é bem diferente, atendendo ao levantamento possível da realidade da Administração Pública, aos fundamentos da medida e à prática do Governo

em matéria de recursos humanos.

Segundo um estudo recente, a A.P. portuguesa apresenta, relativamente aos restantes países da Comunidade, um número de funcionários públicos por cada 100 habitantes inferior ao da Dinamarca, Reino Unido, França, Bélgica, Alemanha, Itália e Espanha. Não se julga que a diferença é pequena, pois em relação à Dinamarca é 3 vezes inferior e metade da inglesa. Refira-se que não se esqueceram dos inúmeros contratos a prazo, a termo certo e tarefeiros que proliferam pela Administração Pública Portuguesa.

Calem-se, pois, os que invocam a existência de uma Administração Pública numerosa. Mas vejamos o que se passa com as despesas com o pessoal: A França gasta 17 vezes mais do que Portugal, o Reino Unido gasta 15 vezes mais, a Itália e a Alemanha entre 14 e 15 vezes mais, a Espanha 5 vezes mais, a Países Baixos 3 vezes mais, a

Bélgica e a Dinamarca, aproximadamente, duas vezes e meia mais. Como se pode sustentar, então, o argumento de gastos excessivos com os Funcionários Públicos?

A água não serve para aliar a máquina mas antes a enferruja.

Um Governo que pretende de uma máquina Administrativa bem oleada preocupa-se com a formação dos seus funcionários, disponibilizando equipamentos e meios financeiros que permitam rentabilizar ao máximo o conjunto de meios humanos de que dispõe.

Ora, qual tem sido a política do actual Governo nesta matéria?

Face às inúmeras solicitações das organizações sindicais para que seja implementada a formação profissional nas várias carreiras profissionais o Governo recusa assumir essa responsabilidade e recusa dispo-

bilizar verbas para que a formação seja implementada pelas organizações sindicais. Relativamente aos equipamentos e condições de trabalho, são sobrejantados conhecidos os processos arcaicos utilizados no sector administrativo para não falar das justas queixas dos investigadores, pessoal docente, docente e não docente, médicos, enfermeiros, paramédicos, técnicos de diagnóstico e terapêutica, administrativos, auxiliares, operários, etc.

Fica evidente que ao criar instabilidade de emprego, ao declinar responsabilidades na formação profissional dos funcionários, ao não dotar os serviços de meios materiais e financeiros, o Governo mais não faz do que apostar na degradação da Administração Pública, agravada com a recente lei dos disponíveis que mais não é do que umas gotas de água na máquina que pretende mais enferrujada.

Humberto Costa

Enfermeiros Hospital dos contratados na Baixa Lisboeta

Grande foi a surpresa quando passaram pela Baixa Lisboeta no passado dia 12 deste mês, ao depararem com um hospital de campanha instalado em pleno cruzamento da Rua Augusta com a Rua de Santa Justa.

Não se tratava de nenhuma acção preventiva levada a efeito pelo ministério da Saúde. Aquele hospital destinava-se, a nem mais nem menos, "tratar da saúde" do

títular da pasta. Foi desta forma original que os enfermeiros contratados e avençados protestaram contra o não cumprimento da Lei por parte do Governo e exigiram a sua admissão nos quadros através do contrato administrativo de provimento.

O hospital funcionou durante todo o dia e prestou serviços a população, tais como a medição da tensão arterial e a determinação do nível de glicémia.

Conselho Nacional:

Equilíbrio unitário deverá alargar-se

O Conselho Nacional da CGTP-IN reafirmou, no reunião que efectuou nos dias 2 e 3 de Junho, "não estar em causa a dimensão, o papel e a representatividade dos sindicalistas das diversas sensibilidades na CGTP-IN e nos seus órgãos de direcção".

Na Resolução aprovada, o Conselho Nacional assumiu o compromisso de se empenhar para que, no próximo Congresso, "o equilíbrio unitário seja não só mantido como até alargado".

Na preparação do Congresso será assegurada a participação activa de todas as

sensibilidades ou correntes de opinião existentes no seio da CGTP-IN, diz a Resolução. No entanto, depois de várias e ponderosas considerações sobre a situação presente, o Conselho Nacional optou por suspender a aplicação do artigo do Regulamento de Funcionamento do Conselho Nacional que prevê a substituição de membros suplentes da Comissão Executiva.

O Conselho reafirmou que a Comissão Executiva, com a sua actual composição, é "credora de condições de trabalho e de confiança político-sindical do Conselho Nacional para o pleno exercício das suas funções".

POLÍCIAS DE TODO O PAÍS

desfilaram no dia 4 de Junho, desde os Restauradores até ao Terreiro do Paço, em Lisboa. Os manifestantes exigiram a liberdade de constituição de sindicatos da polícia em Portugal - único país da Comunidade Europeia onde tal não é permitido - e a satisfação das reivindicações salariais e de carreira apresentadas pela ASPP.

Antes da manifestação, o Coordenador da ASPP, José Carreira, tinha estado no Plenário de Sindicatos da CGTP-IN a agradecer o apoio dos sindicatos à luta dos polícias.



Economia em desaceleração

São evidentes os sinais de recessão que a economia portuguesa apresenta. Os números desmentem a basófia do Governo. Regista-se um decréscimo acentuado no investimento e nas exportações. A taxa de crescimento no produto está em queda.

Recentemente, o Instituto Nacional de Estatística apresentou as Contas Nacionais Trimestrais, com dados desde 1971 até ao quarto trimestre de 1991. Foi a primeira vez que foram apresentados valores trimestrais para os grandes agregados macroeconómicos (produto, consumo, investimento, etc.).

A publicação destes dados permitirá, no futuro, um melhor e mais rápido acompanhamento da situação conjuntural, pois anteriormente apenas se conheciam os dados anuais. Contudo, mais importantes que estas considerações de interesse técnico, são as lições tiradas dos dados referentes à evolução recente da economia nacional.

Esses dados mostram que no nosso país se têm vindo a verificar sucessivas quedas na taxa de crescimento no



Só o Comércio e a Banca apresentam crescimento

produto. Neste momento, a taxa de crescimento anual ronda os 2 por cento. Há um ano aproximava-se dos 4 por

cento. Esse decréscimo não tem deixado de se acentuar desde o 2º trimestre de 1989.

Medidas ultra-liberais

O Conselho de Ministros das Finanças das Comunidades (ECOFIN) reuniu no Porto no dia 9 de Maio com o objectivo de encontrar algumas pistas conducentes a iniciativas capazes de promover o relançamento económico.

Alguns ministros presentes não se coibiram de apresentar propostas de âmbito social que são inaceitáveis para os trabalhadores, nomeadamente em matéria de subsídios de desemprego.

O ministro português Braga de Macedo, apesar de não haver consenso nesta matéria, atreveu-se a defender, na última reunião do CPCC, algumas destas medidas em nome de um apreço "espírito do Porto".

Investimento baixa para 2,21%

Os dados agora divulgados, para além de contrariarem o optimismo cavacavista, são ainda mais preocupantes quando se analisam as diversas componentes do produto. Se não vejamos. As exportações passaram dum crescimento de 15 por cento, também no segundo trimestre de 1989, para 1,2 por cento no último trimestre de 1991. O investimento passou de 8 para 2,21 por cento no mesmo período. Mesmo o consumo privado vem tendo taxas de crescimento nos últimos anos. Também aqui se observa o contrário do que diz a demagogia cavacavista: é o Estado a suportar o crescimento.

Os dados apresentados ainda se tornam mais elucidativos quando observamos a evolução dos diversos sectores da economia.

Enquanto os serviços comerciais e financeiros (bancos) apresentam elevadas taxas de crescimento (no segundo caso, próximas dos 10 por cento), a agricultura (à volta de 10 por cento negativos) e a indústria (a rondar 0 por cento) estão em evidente crise.

Significa isto que o sector produtivo está em clara recessão e que são os serviços a suportar o crescimento. Com as elevadas taxas de juro, há uma indesejável acumulação a favor destes e em detrimento da economia real.

Francisco Madelino, economista, GES/CGTP

Conselho Metropolitano do Porto

CGTP-IN reivindica participação

As uniões de sindicatos do Porto e Aveiro defendem que deve haver participação sindical no Conselho Metropolitano do Porto, em vias de ser constituído.

Sem essa participação, natural e necessária, "a Área Metropolitana ficaria diminuída na sua correspondente com a parte mais activa da população que representa", consideram as duas estruturas sindicais.

Com efeito, é muito significativo o peso dos trabalhadores na dinamização da indústria e dos serviços e da vida social e cultural nos nove concelhos que constituem a Área Metropolitana.

Para tornar real esta pretensão sindical, foi decidido solicitar entrevistas aos partidos que têm assento na Assembleia Metropolitana, numa primeira fase, e aos restantes órgãos da Área, numa fase posterior.

EDP: CE não exige cisão

A Federação das Indústrias Eléctricas (FSTIEP) tem-se manifestado em Portugal contra a liberalização do sector da electricidade.

A reestruturação que o Conselho de Administração pretende aplicar aponta para a cisão da EDP em várias empresas e a liquidação de 6 mil postos de trabalho. Ora, a Comunidade Europeia não exige a formação de empresas distintas para os vários subsectores, mas apenas a separação das áreas de negócio, o que já acontece na EDP.

A defesa da EDP como empresa pública e única é um objectivo que uniu dez sindicatos das diferentes tendências político-sindicais (entre eles os sindicatos da FSTIEP) e a Comissão de Trabalhadores da empresa. Acordaram elaborar uma plataforma comum de defesa dos direitos dos trabalhadores e contra as medidas que o Governo e o Conselho de Administração pretendem aplicar.

Comissão de Justiça e Paz informada das incidências do acordo

A CGTP-IN solicitou um encontro à Comissão Nacional de Justiça e Paz com o objectivo de trocar impressões sobre a realidade sócio-laboral e as incidências do acordo de rendimentos para 1992.

A reunião efectuou-se no dia 19 de Maio, na sede da Comissão.

FENPROF: Um congresso enriquecedor

Sob o lema "Valorizar a Profissão Docente", cerca de 1300 professores vindos de todas as regiões do país participaram no 4º Congresso Nacional da FENPROF, realizado em Coimbra nos dias 13, 14 e 15 de Maio.

Preparando a FENPROF para os grandes desafios do futuro e desde já para os próximos três anos, os delegados aprovaram documentos de expressivo significado, com destaque para o Relatório de Actividades (1989/1992), o Programa de Acção da FENPROF para o triénio 1992-1995 e o Tema de Estudo "Os Professores e a Acção Sindical: Mudar a Escola, Valorizar a Profissão Docente". O Congresso aprovou ainda um conjunto de alterações aos Estatutos da FENPROF, proposto pelo Secretariado Nacional cessante, e 19 moções sobre

os mais variados temas. Os delegados aprovaram ainda uma resolução a propósito da necessária "unificação do movimento sindical internacional".

O enriquecimento dos documentos levados a debate, as intervenções de professores de todos os sectores de Ensino e de todas as regiões do país, para além dos que trabalharam na Europa junto das nossas comunidades, o conjunto da documentação aprovada e as experiências transmitidas, em caloroso ambiente de solidariedade internacional por convidadas estrangeiras, foram pontos altos e inesquecíveis do Congresso.

O Coordenador da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva, encabeçou uma delegação que representou a Central no Congresso da FENPROF.

Aduaneiros: Propostas do Governo são insignificantes

Os trabalhadores aduaneiros estão a realizar plenárias em todo o país para decidir sob que formas irão prosseguir a sua luta, uma vez que não receberam do Governo soluções satisfatórias para os graves problemas para o sector; resultantes da supressão das barreiras alfandegárias na Comunidade Europeia, a partir de 2 de Janeiro do próximo ano.

Segundo a Comissão Mista Câmara dos Despachan-

tes Oficiais/Sindicatos, as propostas avançadas pelo Governo são insignificantes e de completa inexistência.

Na sua esmagadora maioria as soluções apresentadas são as já existentes no quadro legal em vigor no universo laboral, muito embora desde há mais de dois anos que o Governo tem estado a ser alertado para a situação de excepção com a qual o sector aduaneiro se confrontará em 1993,

CTT: Uma carta com pré-aviso

Os trabalhadores dos CTT marcaram uma paralização de 24 horas para o dia 19 e fazem greve às horas extraordinárias de 18 a 21 de Junho.

Os trabalhadores dos CTT lutam por que se explicito no seu Estatuto a

manutenção das Obras Sociais - regime privativo de assistência do pessoal dos CTT - e exigem que os novos trabalhadores admitidos na empresa também tenham esse direito - o Governo integra-os no regime geral da previdência.

Telefonistas de Lisboa elegem nova direcção

O Sindicato dos Telefonistas de Lisboa, que há cerca de 11 anos deixou de estar filiado na CGTP-IN, acaba de eleger uma direcção unitária.

As eleições foram disputadas por duas listas, tendo aquela que foi proposta pela anterior direcção sido derrotada por uma diferença de 648 votos.

NÃO VÁS EM GANTIGAS



SINDIGALIZA-TE

RECUAMOS ? !!!

VAMOS LÁ VER
SE OS DO PSD
O SEGURAM !...

¿ CASO NÃO É PARA
BRINCADEIRAS, HEIM !
SENHORES DO CDS



Campanha pelo exercício dos direitos Levantamento das situações

Detectar os casos de violação, combatê-los com espírito positivo e esclarecido, valorizar a intervenção colectiva, agindo junto das administrações das empresas, da Inspeção do Trabalho e outras instâncias, bem como das diferentes organizações sociais e religiosas - é este o sentido da Campanha pelo exercício dos direitos dos trabalhadores que a CGTP-IN vai desenvolver daqui até Novembro deste ano.

Assistimos, hoje, a uma brutal ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, tanto nas empresas do sector privado, como nos serviços da Administração Pública. Por isso, a CGTP-IN entende ser urgente e necessário desencadear acções com vista a travar essa ofensiva e salvaguardar os direitos de quem trabalha.

A primeira etapa da campanha já está em curso. Trata-se do levantamento exaustivo das situações de atropelo e de ataque aos direitos laborais e sindicais em cada sector. Para o efeito, foi elaborado um questionário que deve ser preenchido pelas organizações sindicais. Nele constarão os casos mais graves de violação directa ou indirecta da legislação que se aplica aos trabalhadores.

É vasto o rol

O rol de atentados é vasto e sistemático. Os que, porventura, mais ofendem são os que se voltam contra a privacidade de cada um. São as câmaras de vídeo instaladas convenientemente e que,

qual olho frio e desumano, acompanham os passos dados pelos trabalhadores no interior dos serviços. São as proibições, cada vez mais frequentes, de pausas para, por exemplo, ir à casa de ba-

nho. São os testes de gravidez. É o assédio sexual.

Casos há em que mesmo por motivos de maternidade ou paternidade são exercidas discriminações por banda das administrações, que se

reflectem nos salários, nos prémios, nas categorias profissionais, para já não falar na estabilidade de emprego.

Muitas vezes, as discriminações começam no exacto momento em que alguém se candidata a um emprego. As principais vítimas, nesse caso, são as mulheres, mas também os deficientes e os representantes dos trabalhadores constam da "lista negra" dos patrões.

O exercício dos direitos sindicais ou colectivos é sobremaneira malvisto pela parte empregadora, e penaliza-se quem participa em plênios, em greves e outras acções de natureza sindical.

Os administradores mais vesgos ou de vistas mais curtas encaram também como indesejáveis os trabalhadores-estudantes, cujo estatuto é frequentemente espezinhado ou ignorado. Nalguns casos, chega-se ao cúmulo de incluir nessa categoria os jovens e demais trabalhadores que estão a frequentar acções de formação profissional.

Tudo isto se faz em Portugal, quase no fim do século XX., com preocupante impunidade, em virtude de não se dotar a Inspeção do Trabalho com os meios humanos e técnicos necessários e dada a inoperância do sistema judicial.

Em face desta circunstância, a CGTP-IN sugere que, ao preencherem o questionário mencionado, as organizações sindicais referam qual foi o seguimento dado às queixas apresentadas pela Inspeção do Trabalho, pelo Ministério do Emprego e Segurança Social, pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) e pelos órgãos de soberania.

É aconselhável também referir as diligências efectuadas a nível internacional, designadamente junto do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, da OIT, do Parlamento Europeu e da Comissão das Comunidades.

A CGTP-IN compromete-se a divulgar a jurisprudence existente e um manual dos direitos sindicais, bem outros materiais de suporte à campanha.

VODRATÉX: A luta venceu

A luta travada pelos 900 trabalhadores da VODRATÉX, empresa de lanifícios de Seia, na Guarda, culminou com uma importante vitória. O empenho posto na luta obrigou a administração da empresa a satisfazer grande parte das reivindicações dos trabalhadores.

Os trabalhadores da VODRATÉX cumpriram nove dias de greve nos meses de Maio e Junho para forçar a administração a encetar negociações e a responder satisfatoriamente às reivindicações.

Em resultado do sua luta, os trabalhadores passaram a dispor de duas horas mensais para consultas médicas no concelho e quatro horas fora do concelho; duas horas de tolerância, com justificação, mais uma hora, sem justificação, por mês, para efeitos de atribuição de subsídio de almoço; e um aumento do valor do subsídio de almoço de 300 para 400 escudos. Resolveu, ainda, o compromisso de negociar a redução do horário de trabalho no início do próximo ano.

Mas a luta dos trabalhadores só terminou quando houve a garantia da reintegração de sete delegados sindicais que a administração da empresa, numa atitude prepotente e ilegal, suspendeu e instaurou processos disciplinares para despedimento.

TUDOR: Administração cedeu

A luta dos trabalhadores da TUDOR obrigou a administração da empresa a pagar, nos finais de Abril, os valores devidos a 31 trabalhadores que estavam a ser alvo de discriminação salarial. A situação arrastava-se desde Janeiro do ano passado.

Foi preciso que a administração tivesse perdido em tribunal 7 dos 31 casos em que era acusada de prepotência e comportamento discriminatório.

A justiça e a legalidade foram repostas depois de os trabalhadores terem empreendido várias greves, concentrações, marchas de protesto e plênios efectuados na via pública.

FEIS: Governo deve explicações

O Conselho de Ministros decidiu, na sua reunião de 14 de Maio, encerrar a Escola Irmãos Stephens (FEIS), colocando assim no desemprego cerca de cinco centenas de trabalhadores.

Este encerramento terá também repercussões negativas na economia local. A CGTP-IN, numa mensagem de solidariedade que enviou os trabalhadores da FEIS e suas famílias, considera que "seria seguramente mais vantajoso modernizar, viabilizar e desenvolver esta empresa cujos produtos são conhecidos e prestigiados dentro e fora do país".

Considera ainda que o Governo deve uma explicação aos trabalhadores e à população da Marinha Grande, tanto mais que o Conselho de Administração da empresa havia garantido que as áreas de composição, fusão, produção, roça e polimento a ácido seriam intocáveis.

O regresso dos salários em atraso

Asituação é particularmente grave no distrito de Braga, sobretudo no Vale do Ave, mas não poupa outros distritos e regiões do país. Um levantamento feito pela CGTP-IN em seis distritos indica haver, só nêles, para cima de 35 mil trabalhadores com salários em atraso. Não restam dúvidas: a chaga reabriu-se, porque a doença não chegou a ser debelada...

O balanço efectuado pela CGTP-IN vem confirmar a degradação da situação económica e social do país, de que são também testemunhos o aumento do desemprego, o encerramento de empresas e o trabalho infantil.

Os dados relativos a 1991 recentemente divulgados pela Inspeção do Trabalho estão em sintonia, em termos de percentagem, com aqueles que a CGTP-IN acaba de divulgar, revelando uma acentuada tendência para o aumento de trabalhadores com salários em atraso.

Assim, segundo a IT, registaram-se casos de salários em atraso em mais 68 por cento das empresas, afectando mais 129 por cento dos trabalhadores que no ano anterior.

Em termos absolutos, porém, os números da IT pecam por defeito. Apresenta apenas 128 empresas e 16 167 trabalhadores com salários em atraso, valores que aquém da realidade.

Só no Vale do Ave, a CODDAVE (Comissão para a Defesa e Desenvolvimento do Vale do Ave) detectou 111 empresas, com um total de 28 517 trabalhadores, em situação difícil. Em 68 dessas empresas havia 15 347 trabalhadores a trabalharem sem receber.

Salários em atraso em 6 distritos

Distrito	Empresas	Trabalhadores
Braga	68	15 347
Porto	40	10 325
Lisboa	27	4 075
Serúbal	32	3 450
Aveiro	13	1 159
Coimbra	10	1 200
	190	35 994

